

Liberdade profissional deve ser

Sábado, 26 de setembro de 1987 — POLÍTICA — A - 7

ANC 88

Pasta 26 a 30

Setembro/87

017

votada no fim-de-semana

JOÃO BATISTA NATALI

Enviado especial a Brasília

A Comissão de Sistematização do Congresso constituinte deverá votar hoje, ou o mais tardar amanhã, o capítulo reservado aos direitos individuais e coletivos, que reserva um de seus parágrafos à liberdade profissional.

Tal qual está redigido, o parágrafo 9º é um retrocesso em relação ao primeiro substitutivo do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), por estipular, laconicamente, que "é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, observadas as qualificações profissionais que a lei exigir". Em sua versão anterior, o texto dizia que a lei não poderia "impedir o livre exercício de profissões ligadas à expressão do pensamento e das artes", implicando, com isso, no abandono da exigência do diploma específico para o exercício do Jornalismo.

Para que a formulação do Cabral-2 retome a redação do Cabral-1, é necessário que o pedido de destaque, já encaminhado à mesa, obtenha 47 votos (maioria absoluta) dos 93 integrantes da Comissão. Qualquer que seja agora o resultado, o assunto voltará a ser votado, provavelmente na segunda semana de outubro, pelo plenário do Congresso constituinte.

Neido Cantanti - 9-Jun.87



O senador Mário Covas

As várias opiniões de Covas sobre a obrigatoriedade

Da Reportagem Local

O senador Mário Covas (PMDB-SP), há um mês, depois de participar de uma reunião da Aliança Democrática, na sede do PFL, em Brasília, foi abordado pela diretoria da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). Os diretores pediram ao senador que assinasse um documento a favor da obrigatoriedade do diploma de jornalismo para o exercício da profissão. Apreensivo, Mário Covas perguntou a um repórter que o acompanhava: "Embarco nessa?" Respondeu o repórter: "É fria". Nesse dia o senador não assinou o documento. Ainda no elevador, os diretores da Fenaj pediram que Mário Covas entrasse com uma emenda a favor do diploma, e o senador passou depois a acatar a proposta.

Em 15 de maio do ano passado, em São José do Rio Preto (448 km a noroeste de São Paulo), Covas, na época deputado federal, apoiou o fim da exigência do diploma, conforme proposta apresentada na Câmara Federal pelo deputado Sebastião Nery (RJ). "O jornalismo tem características muito especiais, decorre mais de vocação do que de habilitação escolar", disse então.

Energia Nuclear - O Brasil foi um dos catorze países que se abstiveram de votar, durante a Conferência Geral da Agência Internacional de Energia Atômica (Aiea), em Viena, capital da Áustria, sobre o pedido de relatório acerca da capacidade nuclear de Israel. A informação foi dada ontem, por telefone, pelo presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), Rex Nazareth Alves, representante brasileiro na conferência. O pedido acabou sendo aprovado por 49 votos contra 28.

Brossard - O ministro da Justiça, Paulo Brossard, disse ontem, em Porto Alegre (RS), que os episódios envolvendo o PFL e o PMDB representaram "uma ruptura de um partido em relação a outro partido" e não em relação ao presidente Sarney. "Mas este é um assunto que está sendo examinado pelo presidente." Brossard foi a Porto Alegre para a cerimônia de entrega de novas viaturas para a Secretaria de Segurança do Estado. Segundo o ministro, a ruptura da Aliança Democrática não significa necessariamente mudança no ministério. "Reforma ministerial pode haver sempre e não é por isso que agora vai haver mais chance".

Amato - O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mário Amato, disse ontem em Marília (450 km a oeste de São Paulo), que o país atravessa um "período de estagnação política" devido às discussões no Congresso constituinte quanto ao sistema de governo. Amato afirmou, ainda, que os grandes projetos "estão todos parados", esperando uma definição política. Para ele, a discussão sobre parlamentarismo ou presidencialismo "deveria ser numa etapa posterior".

Comício - O comício pela antecipação das eleições presidenciais realizado ontem, em Salvador, previsto para ter início às 18h, começou às 19h45, por problemas de iluminação. As lideranças políticas nacionais deveriam começar a falar por volta de 22h.